

FecomercioSP destaca avanço do acordo Mercosul-UE

Entidade aponta que abertura comercial gradual pode aumentar competitividade

Em um cenário global marcado por incertezas nos Estados Unidos, sob a gestão do presidente Donald Trump, pela guerra comercial com a China e pelas transformações no comércio internacional, a assinatura do acordo entre Mercosul e União Europeia (UE) é apontada como avanço significativo pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A entidade, que atuou de forma ativa durante todo o processo de negociação, considera o tratado um passo importante para o Brasil e para o bloco. Segundo a FecomercioSP, a União Europeia é atualmente o segundo maior parceiro comercial do Brasil, com uma corrente comercial que soma US\$ 100 bilhões e representa metade do estoque de investimento direto estrangeiro no país. A entidade afirma que a abertura comercial consistente é essencial

para aumentar a produtividade e a competitividade brasileira. “Permaneceremos atentos aos desdobramentos do acordo. A abertura comercial racional e gradual é inegociável”, disse Rubens Medrano, vice-presidente da Federação e presidente do Conselho de Relações Internacionais da entidade.

O acordo é fruto de mais de duas décadas de negociações, atravessando diferentes governos e contextos econômicos, e é visto pela FecomercioSP como um projeto de desenvolvimento nacional. Medrano acrescenta que uma ratificação célere pode alavancar a competitividade da economia brasileira e acelerar outras negociações comerciais que estão no processo.

Historicamente, o Brasil teve participação modesta no comércio internacional, cerca de 1,5% do fluxo global, apesar de ser a nona maior economia do mundo. Em 2023, a Orga-

nização Mundial do Comércio (OMC) registrou o país como 24º maior exportador e 27º maior importador global. A estagnação decorre, em parte, da manutenção de tarifas elevadas sobre bens intermediários e de capital desde a década de 1990, enquanto outros países integraram cadeias globais de valor.

A política tarifária dos Estados Unidos evidenciou os efeitos negativos do protecionismo. Washington aplicou tarifas diferenciadas, incluindo aumentos para aliados como a UE e para rivais como China e Brasil, cuja tarifa sobre determinados produtos permanece em 40%. O acordo Mercosul-UE prevê a eliminação gradual de tarifas sobre cerca de 90% dos produtos comercializados entre os blocos, com itens como frutas, bebidas e produtos manufaturados totalmente livres de impostos de importação.

Apesar dos avanços, a Fe-

comercioSP ressalta pontos que ainda poderiam ser melhorados. O governo brasileiro retomou negociações sobre capítulos já definidos em 2019, incluindo compras governamentais, adotando postura considerada protecionista. A exclusão das aquisições do Sistema Único de Saúde (SUS) do acordo é apontada como retrocesso, já que tratados desse tipo podem aumentar a transparência, eficiência e competitividade das compras públicas.

O setor automotivo também recebeu tratamento diferenciado, com prazos maiores para adaptação às reduções tarifárias e possibilidade de reintrodução de tarifas, atualmente em torno de 35%. Para a FecomercioSP, a proteção prolongada não trouxe ganhos significativos de produtividade e limita o acesso do consumidor a modelos mais modernos.

Com a assinatura, o acordo

entra na fase de internalização. No Brasil, o Executivo encaminhará o texto ao Congresso Nacional; na UE, a aprovação depende de 65% do Conselho Europeu, representando 55% da população do bloco, e de maioria simples no Parlamento Europeu. A expectativa é que a UE conclua o processo até o mês de abril.

A ratificação confirma o compromisso das partes com os termos do tratado e permite sua aplicação bilateral. Caso o Brasil avance rapidamente na ratificação, poderá aplicar o acordo independentemente da conclusão do processo pelos demais países do Mercosul, incluindo Argentina, Paraguai e Uruguai. O tratado entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à ratificação, consolidando um novo capítulo nas relações comerciais internacionais do país, segundo avaliação da FecomercioSP.

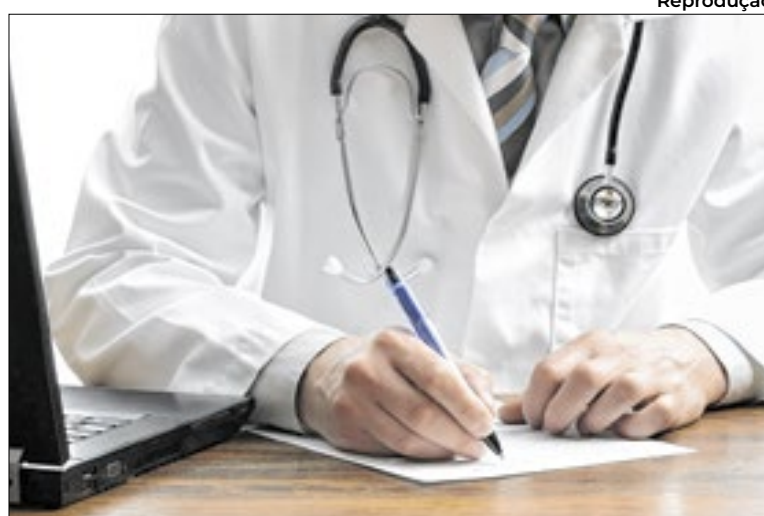


Federação avalia que a medida pode aumentar os investimentos no Brasil

Pesquisa aponta quase 200 mil médicos em SP e aumento gradual de especialistas

O Estado de São Paulo encerrou 2025 com cerca de 200 mil médicos, segundo o levantamento “Demografia Médica do Estado de São Paulo 2026”, recorte estadual da Pesquisa Nacional Demografia Médica. O estudo, coordenado pelo professor Mário Scheffer, do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP, busca mapear a distribuição, a especialização e as tendências da profissão no estado, além de estimar projeções futuras. Conforme a pesquisa, aproximadamente 40% dos médicos atuam como generalistas, sem especialidade formal, enquanto 60%, cerca de 118 mil profissionais, possuem título de especialista. A previsão é de que, até 2035, São Paulo conte com 340 mil médicos. O levantamento detalha a distribuição regional de profissio-

nais. Nenhuma região do estado apresenta escassez absoluta de médicos, embora haja desigualdade na concentração de especialistas. Regiões historicamente com mais dificuldades assistenciais, como Registro, registram melhora na disponibilidade de profissionais, mas ainda enfrentam disparidades em relação à cobertura em serviços públicos. O estudo destaca também a sobreposição entre o setor público e a rede privada, presente em grande parte do estado, que concentra médicos em locais que nem sempre atendem o Sistema Único de Saúde (SUS). Scheffer explica que o aumento de especialistas acompanha, mas não supera, a chegada de novos médicos formados. “Entre os especialistas, cerca de 60% a 70% concluíram residência médica; os demais obtêm especialidade por



Levantamento é coordenado pelo professor Mário Scheffer

meio de sociedades médicas. Isso evidencia a insuficiência de vagas de residência para absorver o volume crescente de recém-formados”, afirma. De acordo com o estudo, os médicos generalistas atuam fre-

quentemente em atenção primária, pronto-atendimento e plantões, sendo essencial a ampliação de programas de qualificação e residência médica para esse grupo. A pesquisa também identifica mudanças no

perfil de gênero da medicina paulista. Pela primeira vez, em 2025, mulheres representam mais de 50% do total de médicos, consolidando tendência observada entre estudantes e residentes. A projeção indica que, em dez anos, a profissão poderá ser composta por 70% de médicas. Embora numericamente majoritárias em 22 das 55 especialidades, as mulheres ainda apresentam menor remuneração, ocupam menos cargos de liderança na educação médica e em entidades profissionais e continuam subrepresentadas em mais de 30 especialidades. O estudo ressalta que o crescimento no número de médicos e especialistas não é uniforme, exigindo políticas públicas voltadas à formação especializada, distribuição regional equitativa e integração entre redes pública e privada de saúde.